

# ABORDAGENS ORGANIZACIONAIS NA ÁREA DA ADMINISTRAÇÃO: fetichismo de gênero?<sup>1</sup>

Rafaela Cyrino<sup>2</sup>

## Resumo

Este artigo busca investigar a maneira como o vocábulo gênero tem sido apropriado pela disciplina de administração, tendo como parâmetro de análise uma crítica feminista comprometida com os procedimentos de desconstrução da maneira como a ideia da diferença sexual é concebida. O corpus discursivo submetido à análise envolveu a seleção de artigos acadêmicos na área de administração os quais discutem as relações de gênero do ponto de vista organizacional, publicados entre os anos de 2009 a 2013. Os resultados apontam para um uso acrítico, onde o vocábulo “gênero” aparece como uma etiqueta com caráter de fetiche, a veicular perspectivas homogeneizantes, deterministas e conservadoras a respeito dos sexos.

**Palavras-chaves:** Gênero. Administração. Fetichismo.

## Abstract

This paper investigates how the word gender has been appropriated by the business management area, with the analysis parameter a feminist critique committed to the deconstruction procedures of how the idea of sexual difference is conceived. The discursive corpus under analysis involved the selection of academic articles in the business management area which discuss gender relations from an organizational point of view, published between the years 2009 to 2013. The results point to an uncritical use, where the word "gender "appears as a label with fetish character, serving homogenizing, deterministic and conservative views of the sexes.

**Keywords:** Gender. Business Management. Fetishism.

O presente artigo tem por objetivo investigar, a partir da análise da produção acadêmica na área da administração, de que maneira as abordagens organizacionais neste domínio de estudos têm se apropriado do termo “gênero”, no sentido de se compreender não só quais são os significados atribuídos a este termo nos artigos

---

<sup>1</sup> As reflexões deste artigo são parte da pesquisa que estou desenvolvendo para o meu Pós-doutorado no Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia. Agradeço ao professor Márcio Ferreira de Souza, pela tutoria, e à CAPES, pelo financiamento da pesquisa.

<sup>2</sup> Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora no INCIS/UFU. E-mail: rafaelacyrino@hotmail.com.

pesquisados, mas as funcionalidades, objetivos e pressupostos implicados nos contextos discursivos em análise.

Antes de explicitar as principais questões teóricas e metodológicas que orientaram este estudo é importante situar o “lugar” a partir do qual esta análise foi empreendida, “lugar” este que implica um comprometimento com os procedimentos de problematização e de desconstrução realizados por certos autores pertencentes à crítica feminista, como Joan Scott, Monique Wittig, Christine Delphy, Judith Butler e Donna Haraway. A vinculação a este “lugar” significa o reconhecimento de que a análise aqui empreendida, longe de ser inocente, integra-se a objetivos políticos e, portanto, não são “neutros”.

É a partir, portanto, do viés de uma crítica feminista comprometida com estes objetivos que se justifica a opção por uma investigação centrada na maneira pela qual o termo gênero vem sendo apropriado pelas abordagens organizacionais, notadamente na área da administração. De fato, a imbricação entre o conceito/categoria gênero e a história da crítica feminista é inegável e se observa desde os anos 1970, quando este conceito foi utilizado pela primeira vez na sociologia, na antropologia e na psicanálise tanto para a investigação das relações sociais e políticas entre os sexos quanto para a denúncia de seus componentes notadamente hierárquicos e assimétricos.

Como marco importante deste processo em que a crítica feminista se apropriou do conceito de gênero para, em seguida, transformá-lo em uma categoria central na análise das relações entre os sexos tem-se o célebre artigo de Joan Scott (1988) “Gênero: uma categoria útil para análise histórica”. Neste artigo a autora, de maneira extremamente crítica e esclarecedora, define o seu conceito de gênero e, ao mesmo tempo, defende a sua utilização como uma categoria analítica central nos estudos nesta área, discutindo as bases teórico-empíricas que fundamentam a sua proposta. Embora este artigo “fundador” de Joan Scott (1988) seja, até hoje, uma referência central na construção do vasto campo dos “estudos de gênero”, com a proliferação e mesmo banalização do termo “gênero” (BUTLER, J; FASSIN, E; SCOTT, J, 2007) podemos nos perguntar: o que restou dos procedimentos críticos (problematização/desnaturalização) propostos pela autora? A simples utilização do termo “gênero” nos

artigos significa que estes se inserem dentro deste campo de estudos? Como as diferentes áreas de estudo tem se apropriado deste termo e como as preocupações disciplinares específicas reconfiguram não só a utilização do termo, mas a sua funcionalidade e os seus pressupostos centrais? Estas são algumas questões epistemológicas que motivaram a realização deste estudo.

### **Gênero: de atributo individual a objeto privilegiado de análise da crítica feminista**

Conforme apontado por autores como Éric Fassin (2008) o conceito de gênero não é uma criação do movimento feminista. De fato, este conceito surgiu em meados dos anos 50, no meio médico norte-americano envolvido com o diagnóstico e a terapêutica dos indivíduos ditos hermafroditas<sup>3</sup>. Neste contexto, gênero foi definido como um atributo individual, de natureza psicológica, que diferenciava homens e mulheres, adquirindo, uma base notadamente binária. Apesar do binarismo contido no conceito original de gênero elaborado no meio médico (Money, 1955; Stoller, 1963), não há dúvida de que este significou uma ruptura com uma concepção puramente biológica do sexo dos indivíduos, ao definir o “ser homem” e “ser mulher”, não apenas a partir da biologia, mas, sobretudo, a partir da psicologia, ou seja, da maneira como o indivíduo se vê se sente (ou como “homem” ou como “mulher”).

Apesar das críticas que foram formuladas por amplos setores do feminismo, a partir dos anos 1980, aos pressupostos essencialistas presentes nesta definição médica de “gênero”, fato é que este conceito foi apropriado pela crítica feminista dos anos 70, empenhada na ruptura com determinismos biológicos que explicavam e legitimavam a “condição” das mulheres a partir de uma suposta natureza biológica fixa e predeterminada.

É importante notar que o processo de desconstrução das relações sociais entre os sexos acionado pela crítica feminista dos anos 80 ocorreu na contramão do conceito de gênero formulado no meio médico (MONEY, 1955; STOLLER, 1963), testemunho este

---

<sup>3</sup> O hermafroditismo é uma terminologia médica utilizada desde a antiguidade para designar os indivíduos que nascem com órgãos sexuais ambíguos. Ao longo do século XX, com a descoberta de técnicas permitindo identificar ao nascimento as variáveis múltiplas que supostamente compunham o sexo do indivíduo, a noção de hermafroditismo se torna mais complexa. Tem-se, a partir de então, em termos de diagnóstico, diferentes tipos de hermafroditismo, definidos a partir de variáveis biológicas que se contradiziam (CYRINO, 2014). Atualmente, o termo “hermafroditismo”, em desuso, foi substituído pelo termo “intersexualismo”, fazendo referência às chamadas ambiguidades sexuais.

de uma abordagem individual e binária acerca da chamada “diferença sexual”. Ora, para elucidar com mais clareza os aspectos centrais de uma abordagem de gênero comprometida com esta crítica feminista vale a pena resgatar alguns parâmetros teóricos contidos na proposta de Joan Scott (1988). Segundo a autora, a utilização do gênero como categoria analítica permite colocar em relevo as relações de poder assimétricas e hierárquicas entre homens e mulheres bem como as definições normativas que as acompanham.

De acordo com Joan Scott: “O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder (Scott, 1988, p.21)”. É a partir, portanto, da compreensão de que gênero é um “elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas entre os sexos (SCOTT, 1988, p.21)”, que a autora propõe utilizá-lo como uma categoria analítica na condução de estudos nesta área. Ora, à partir desta definição teórica, podemos, então, nos perguntar: O que significa utilizar gênero como categoria analítica?

Tentando ser fiel às proposições da autora, reafirmadas por ocasião da sua participação na mesa redonda “Pour ne pas en finir avec le genre (BUTLER, J; FASSIN, E; SCOTT, J, 2007)”, pode-se dizer que adotar gênero como categoria analítica, significa, primeiramente, questionar a maneira como a diferença sexual é concebida, tendo como objeto de estudo a construção social e histórica desta diferença e a maneira como esta construção contribui para o estabelecimento de relações de poder normativas.

Levando-se em conta que a ideia de diferença sexual, definida de maneira estritamente binária em grande parte das sociedades, é um importante marcador simbólico das relações de poder, a autora ressalta a importância de se romper com abordagens baseadas no binarismo, propondo uma estratégia de desconstrução cujo objetivo é investigar, de maneira incessante, representações, normas e instituições que contribuam para naturalizar a maneira como a diferença sexual é concebida, em vez de problematizá-la. Como bem observa Joan Scott:

Temos que encontrar os meios (mesmo imperfeitos) de submeter, sem parar, as nossas categorias à crítica, nossas análises à autocrítica. Se utilizarmos a definição da desconstrução de Jacques Derrida, esta crítica significa analisar no seu contexto a maneira como opera qualquer oposição binária, revertendo e deslocando a sua

construção hierárquica, em lugar de aceitá-la como real, como óbvia ou como estando na natureza das coisas. (SCOTT, 1988, tradução de Christine Dabat & Maria Betânia Ávila, p.18-19).

### **Gênero e binarismo: da crítica ao fetichismo**

A constituição dos chamados estudos de gênero configurou-se a partir de uma multiplicidade de perspectivas, as quais não nos permitem, de forma alguma, agrupá-los sob uma única matriz teórico-epistemológica. De fato, a proliferação do termo “gênero” nas produções acadêmicas, sobretudo na área das ciências humanas e sociais, é caracterizada, não só pela diversidade, mas, muitas vezes, por certa imprecisão, observando-se, em certos casos, uma falta de aprofundamento teórico.

É neste sentido que alguns autores postularam a ocorrência de um processo de banalização ou domesticação do gênero (BUTLER, J; FASSIN, E; SCOTT, J, 2007), observado quando “gênero” é utilizado, não como um conceito ou como uma categoria analítica, mas como uma “etiqueta” desprovida de poder de criticidade. Conforme afirma Scott (1988) o que a preocupa é a utilização de gênero como uma « metodologia familiar », em vez de uma maneira de questionar, como ocorre quando se utiliza gênero como uma simples “etiqueta” (como sinônimo de mulheres, de sexo, de papéis sexuais). Com base nestes questionamentos autores como Butler, Fassin e Scott (2007) discutiram a necessidade de se diferenciar uma utilização crítica e radical do termo de uma utilização usual, convencional, acríica, não-radical, normativa.

Embora eu considere particularmente complicado diferenciar o que seriam usos críticos ou acríicos do gênero, visto que tal categorização seria extremamente simplista e reducionista, considero importante pontuar algumas questões importantes na construção de um quadro epistemológico para os estudos de gênero comprometidos com os procedimentos de desconstrução. De fato, acredito que este investimento em estudos epistemológicos na área do gênero significa um convite para retornarmos ao potencial crítico associado a este conceito, a partir da recuperação e discussão de referenciais que nos permitam rever e fazer uma autocrítica contínua das nossas próprias categorias de análise.

Isto envolve uma tentativa de se compreender as formas e os mecanismos pelos quais, por exemplo, certas abordagens podem reforçar e reproduzir a construção social

da diferença sexual, em vez de colocá-la em questão. Desta forma, sob o invólucro da cientificidade, a construção social da diferença sexual e o binarismo a ela associada deixam de ser objeto de crítica para se tornarem objeto da própria reprodução social.

Este estudo teve por objetivo, portanto, avançar na construção de um quadro epistemológico para os estudos de gênero. A partir da análise de certa produção acadêmica na área de administração, buscou-se colocar em relevo aspectos que têm sido negligenciados neste campo de estudos, bem como aparatos discursivos que veiculam a ideia da construção social da diferença sexual como um *ethos* sociocultural homogêneo binário e baseado em relações de oposição entre os sexos, que deixam de fora da análise as contradições, as clivagens, as tensões, os conflitos e as diferentes relações de poder presentes na realidade social.

No caso do estudo em questão, este guia reflexivo, ao se reportar, de maneira importante, à proposta original de Joan Scott, compreende que a utilização de gênero como uma categoria analítica envolve a crítica à utilização do gênero a partir de uma perspectiva individualista, como se este fosse um atributo biológico ou psicológico pertencente ao indivíduo, de natureza binária. Considera-se, aqui, que conceituar gênero como um atributo do indivíduo significa encapsular gênero em uma perspectiva binária e substancialista. O binarismo, desta forma, em vez de constituir-se em um objeto de estudo, como propôs Joan Scott (1988), passa a ser objeto de reprodução.

Além disto, o binarismo, geralmente associado a esta perspectiva individualista, além de se reportar às relações entre homens e mulheres, a partir de uma matriz heterossexual, reduz as relações entre homens e mulheres a pares de oposição, ignorando tudo aquilo que não se enquadra na matriz dismórfica. Isto significa que quaisquer pontos de aproximação entre as duas categorias pode ser não só esquecido como evitado, levando-se a supor uma homogeneidade categorial (homens e mulheres como categorias puras e auto excludentes que se definem uma por oposição à outra).

Outra consequência possível de uma abordagem baseada no binarismo é que a ênfase em uma oposição biológica/ psicológica/sociocultural entre os sexos e o pressuposto de homogeneidade categorial podem dificultar a percepção de clivagens como as de classe, raça e etnia, as quais podem ser vistas, inclusive, como ameaças à

suposta oposição vista como “a fundamental” e “a matriz” a partir da qual toda a realidade é enquadrada.

É neste sentido que compreendemos que a adoção de uma abordagem binária, centrada na categorização e na oposição entre os termos “masculino” e “feminino” pode nos conduzir facilmente a reducionismos teórico-empíricos. Um dos problemas epistemológicos implicados neste tipo de abordagem consiste em se conceber o “masculino” e o “feminino” como categorias auto evidentes, cujo conteúdo « natural » dispensaria qualquer tipo de explicação. Ora, do ponto de vista epistemológico, não há dúvida de que, quanto mais trabalhamos com “evidências” menor a nossa capacidade de problematizar e de abordar a realidade social de maneira crítica. As categorias, neste caso, em vez de serem objetos de investigação tornam-se verdadeiros “fetiches”, objetos cultuados que contribuem, de maneira importante, para o processo de reprodução social.

No sentido de problematizar o processo de categorização do masculino e do feminino e a construção de relações de oposição entre os sexos, concebidas como “naturais”, utilizou-se, como aporte teórico, a crítica de Margareth Archer (2004) às abordagens que promovem o Mito da Integração Cultural, veiculando a imagem da Cultura como um *ethos* uniforme. Compreende-se aqui que a utilização do gênero ou a recorrência às categorias “masculino” e “feminino” como se estas fizessem referência a um *ethos* sócio-cultural homogêneo significa, entre outros, uma economia simbólica das clivagens, das idiosincrasias, das contradições, presentes na realidade social, contribuindo para formar a ideia de que a construção social da diferença sexual seja universal, homogênea e a-histórica.

Este pressuposto de homogeneidade categorial ignora, por exemplo, que relações e representações hierárquicas e assimétricas existem não só entre os sexos, mas entre diferentes grupos de indivíduos de um mesmo sexo. Estudos de gênero baseados no conceito de interseccionalidade evidenciaram com propriedade que diferentes representações de mulheres existem dentro de uma mesma sociedade e que diferentes hierarquias se superpõem, tornando o pertencimento categorial baseado no sexo bem mais complexo do que se supõe à primeira vista. Dessa forma, o pressuposto de homogeneidade categorial pode conduzir, nas abordagens que se autodenominam de

“gênero”, a uma economia simbólica de relações assimétricas de poder que são fundadas sob critérios não-sexuais.

No caso do presente estudo, a hipótese de uma «naturalização» da categorização do masculino e do feminino nas abordagens organizacionais na área da administração significa, em fim de contas, colocar em questão até que ponto esta diretiva não estaria reforçando pressupostos binários, essencialistas, universalizantes e a-históricos acerca das relações entre os sexos. Ou seja, até que ponto gênero se torna uma simples etiqueta que, ao ser reduzido aos termos masculino e feminino, torna-se um verdadeiro objeto-fetiche a atestar a universalidade da diferença sexual binária.

### **Considerações metodológicas**

Este estudo teve por objetivo investigar a apropriação do termo “gênero” pelas abordagens organizacionais na área da administração, com ênfase nos estudos centrados na carreira de homens e/ou mulheres. Como metodologia utilizou-se a Análise de Discurso, mantendo-se um interesse especial pela investigação das dimensões ideológicas do material discursivo em questão. Em termos de diretiva analítica buscou-se discutir o corpus discursivo a partir de uma perspectiva contextual, histórica e situada, tendo-se uma preocupação em se definir quem produz estes discursos, de que lugar estes discursos são produzidos, para quem estes discursos são produzidos, quais são suas condições de possibilidade, suas funcionalidades, seus pressupostos centrais e, finalmente, que obstáculos epistemológicos poderiam dificultar o processo de ruptura com concepções sexuais conservadoras e binárias.

A definição do corpus analítico envolveu a seleção do material a ser analisado, a saber: o discurso acadêmico veiculado por certas abordagens organizacionais na área da administração sobre a carreira de homens e mulheres. Para a composição da amostra investigativa, pesquisou-se, no período de 2009 a 2013, todas as publicações que continham temáticas ligadas à carreira de homens e mulheres, à divisão sexual do trabalho (no espaço ocupacional), ao trabalho e às ocupações sob a ótica do gênero. A base para a seleção dos artigos foi a plataforma *scielo*, por possuir uma grande quantidade de dados para análise e pela facilidade de acesso. Tendo por parâmetro as revistas acadêmicas na área de administração classificadas como A1 ou A2 pelo sistema



*Qualis* (em abril/ 2014), foram selecionados oito artigos<sup>4</sup>, de um total de 144 revistas consultadas.

A partir deste material analítico, composto por 8 artigos na área de administração, buscou-se compreender, entre outros: se o termo “gênero” é ou não definido conceitualmente no artigo; se o seu uso indica a sua utilização como uma categoria analítica nos termos propostos por Joan Scott (1988); se a sua utilização possui clareza, coerência, ambiguidades, imprecisões; que/quais significado(s) são atribuídos a este termo; em que contexto discursivo ele é acionado; quais são os pressupostos que o acompanham, que autores servem de referência para o quadro conceitual do artigo.

Além disto, buscou-se identificar se o discurso produzido pelos estudos em questão é permeado pelo binarismo sexual, ou seja, se estes pressupõem uma oposição entre os termos “masculino” e “feminino”, concebidos como categorias a-históricas, universais e evidentes. Procurou-se, compreender, portanto, se o binarismo, associado frequentemente ao sexo dos indivíduos, é aplicado ao gênero, quer este seja utilizado como sinônimo de sexo biológico quer ele seja definido em termos de identidade pessoal ou em termos de construção social/ cultural. Finalmente, a investigação acerca da homogeneidade categorial associada aos termos masculino e feminino nos conduziu a investigar se nos artigos analisados existe espaço para a discussão de contradições, clivagens, conflitos, considerando-se as diferentes relações de poder presentes na realidade social, com recortes de classe, raciais, étnicos, entre outros.

---

<sup>4</sup> A seguir, a referência bibliográfica dos oito artigos que foram selecionados para a análise, os quais serão mencionados neste texto a partir de uma sequência numérica baseada na data de publicação: artigo 1 (ZOUAIN, D; BARONE, F. Small business através do pan-óptico, Rio de Janeiro: RAP, 43 (1): 231-256, 2009); artigo 2 (NETO, A. et al. Executiva: carreira, maternidade, amores e preconceito, ERA eletrônica, vol. 9, nº 1, 2010); artigo 3 (MADALOZO, Regina. CEOs e Composição do Conselho de Administração: a falta de identificação pode ser motivo para existência de teto de vidro para mulheres no Brasil?. Curitiba, RAC, v. 15, nº1, art.7: 126-137, 2011a); artigo 4 (VALE, G. et al, Gênero, imersão e empreendedorismo: sexo frágil e laços fortes?, Curitiba, RAC, v. 15, n. 4: 631-649, 2011b); artigo 5 (MACEDO, F. et al. Relações de gênero e subjetividade na mineração: um estudo a partir da fenomenologia social. Rio de Janeiro: RAC, v.16, nº2: 217-236, 2012a); artigo 6 (PINTO, E; MIDDLEJ, S. Programa Pró-Equidade de Gênero: uma discussão sobre relações entre homens e mulheres na Caixa Econômica Federal, Rio de Janeiro: RAP, 46(6): 1529-1550, 2012); artigo 7 (FERREIRA, J; NOGUEIRA, E, Mulheres e suas histórias: razão, sensibilidade e subjetividade no empreendedorismo feminino, Rio de Janeiro: RAC, v. 17, nº4: 398-417, 2013); artigo 8 (CARRIERI, A. Gender and work representations of femininities and masculinities in the view of women brazilian executives. Rio de Janeiro: BAR, v. 10, nº3: 281-303, 2013).

## Resultados e discussão

Em primeiro lugar é importante tecer algumas considerações sobre a área de estudos que foi objeto desta pesquisa (a área da administração), para se compreender alguns aspectos estruturantes do contexto discursivo em questão. De acordo com a classificação do CNPQ a administração engloba as chamadas “ciências sociais aplicadas”, ao lado de outras disciplinas como o direito, a economia, a arquitetura, entre outras. O que caracteriza as chamadas ciências sociais aplicadas é o fato de serem voltadas para a utilização/produção de um conhecimento que tem por objetivo subsidiar uma intervenção na realidade. No caso da administração esta intervenção na realidade se relaciona, em geral, com a melhoria dos procedimentos voltados para a gestão das organizações.

De fato, o surgimento da disciplina da administração, no século XX, é indissociável do avanço do sistema capitalista e da necessidade não só de aumentar a produtividade nas indústrias em desenvolvimento, mas de legitimar o sistema e os seus valores centrais. Estes objetivos se refletem de maneira exemplar na Teoria da Administração Científica (Taylorismo), o qual representou uma das primeiras tentativas de construção de um corpo de conhecimento “científico” que subsidiasse a atividade de gestão das organizações. Sendo um dos objetivos centrais da disciplina o desenvolvimento de teorias que busquem maximizar os lucros de uma empresa ou permitam uma adequada prestação de serviços públicos, não é de se estranhar uma preocupação recorrente dos autores com a eficiência, a eficácia, a produtividade e com a produção contínua de medidas de controle e avaliação dos resultados. Ora, considerando-se esta breve incursão no *ethos* da administração vale a pena se perguntar: até que ponto estes objetivos profissionais interferem na maneira como o termo gênero vem sendo apropriado pela disciplina?

Esta é uma questão que foi levada em conta nas análises realizadas, visto que não só as revistas científicas selecionadas para o estudo são da área da administração, como a totalidade do(a)s autore(a)s dos artigos pesquisados possuem alguma vinculação com a área de administração (seja por intermédio de um mestrado/doutorado na área, seja através da atividade profissional/docente). Um levantamento do curso de graduação

do(a)s autore(a)s dos artigos analisados, permitiu constatar que a grande maioria (80%) pertence à área da administração, seguidos de 20% de autores que se distribuem nas áreas de economia, comunicação social, agronomia e psicologia social.

Alguns temas abordados pelos autores refletem questões de interesse da área de administração, como é o caso do empreendedorismo feminino, tema central de 3 dos 8 artigos analisados. Além disto, observa-se, em muitos artigos, uma abordagem nitidamente quantitativa e tecnicista, a qual pode ser reflexo de certo viés administrativo, centrado na produção de indicadores, de índices, de medidas, de relatórios, produzidos por instituições como o IPEA, o IBGE, a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, a Organização Internacional do Trabalho, o Fórum Econômico Mundial, entre outras. Embora muitos dos Relatórios/Indicadores citados sejam importantes como base para o acompanhamento da inserção de homens e mulheres no mundo do trabalho, o grande problema é quando a apresentação destes indicadores é descolada de uma reflexão teórica e crítica que busque analisar os elementos estruturantes que configuram uma determinada realidade social.

No caso dos artigos que foram analisados o tecnicismo nas abordagens pôde ser observado, visto que as chamadas questões de gênero, desprovidas de um conteúdo político, passam a ser mensuradas em termos de indicadores, de maneira meramente quantitativa, pelo número de mulheres que ocupam cargos gerenciais, pela formação de comissões paritárias, pela inclusão de mulheres nas bancas de processos seletivos, pela participação das mulheres no mercado de trabalho e na política, pela participação feminina no PIB, entre outros. Ora, como será discutido a seguir, considera-se que a pouca densidade teórica dos artigos contribui para que muitos dos artigos possuam um conteúdo muito mais descritivo do que explicativo, atendo-se a constatações empíricas que não investigam as múltiplas determinações causais que interferem nos fenômenos em questão.

De fato, a quase maioria dos artigos analisados, embora possuam um interesse explicativo, recorrem, de maneira importante, a dados produzidos por diversos organismos nacionais e internacionais acerca da maneira como o trabalho tem se configurado para homens e para mulheres. Estes dados, por falta de uma articulação

teórica, são apresentados como se “falassem por si mesmo”, visto que a falta de problematização transforma os resultados das pesquisas em meras constatações, sem ocorrer uma discussão teórica crítica que busque compreender os aspectos estruturantes das relações de poder envolvidas na realidade social. Em alguns casos tem-se a impressão de que a organização é concebida como se fosse uma realidade sem vínculos com as estruturas sociais, políticas e econômicas. Tudo indica que a desconsideração ou o pouco aprofundamento acerca das múltiplas dimensões que estruturam as relações entre os sexos engendra, em muitos casos, dados que são apresentados e não analisados criticamente.

A perspectiva explicativa dos artigos envolve uma tentativa de compreender, entre outros: as similaridades entre o empreendedorismo masculino e feminino, as relações entre os sexos na mineração, os fatores que determinam o sucesso na carreira de executivas, entre outros. Entretanto, uma análise discursiva do conteúdo dos artigos permitiu constatar que as explicações produzidas pela maior parte dos estudos possuem um caráter notadamente essencialista, no que se refere às relações entre os sexos. Em um dos artigos analisados (artigo 5), o qual procura compreender as relações entre os sexos na área da mineração, a explicação oferecida é gênero-normativa<sup>5</sup>, reproduzindo um padrão binário de interpretação. O pressuposto acrítico mais importante do artigo é de que existem diferenças entre os sexos (para além do biológico) e que estas diferenças devem ser valorizadas e respeitadas no sentido de que homens e mulheres, sendo diferentes, devem ter espaço, nas organizações, para exprimirem estas diferenças sem serem discriminados.

Assim, os autore(a)s, partindo do pressuposto de que o ambiente organizacional pesquisado é androcêntrico e reflete valores atribuídos aos homens, analisam os dados em função desta prerrogativa e normatizam a análise realizada, afirmando que as mulheres que aceitam se enquadrar neste suposto padrão masculino estão negando sua condição de mulher e comportando-se como homem. Este enquadramento gênero-normativo presente na interpretação dos dados, sendo de natureza explicativa, leva os

---

<sup>5</sup> Neste artigo utilizarei a expressão gênero-normativo(a) como um adjetivo composto utilizado para caracterizar substantivos que atuam reforçando as normas sociais de gênero binárias, baseadas em uma relação de oposição entre os sexos.

autores a concluírem que o avanço da mulher na mineração deve-se “a sua masculinização, sem existência de respeito e valorização das diferenças. (artigo 5, p. 235)”.

Cumprido ressaltar que, na análise do material discursivo em questão, observou-se que as relações de poder entre homens e mulheres são discutidas de maneira bastante superficial. A questão da divisão sexual do trabalho, por exemplo, embora seja citada por vários autores, é abordada, de maneira geral, apenas na perspectiva intra-organizacional. Além disto, mesmo que alguns autores façam referência à questão do trabalho doméstico, este é naturalizado como sendo uma responsabilidade feminina, observando-se, neste caso, o que Helena Hirata (2002) denominou de “modelo da conciliação”.

Além disto, mesmo se questões como a dupla jornada de trabalho são abordadas em alguns artigos, não há uma perspectiva que integre as dimensões profissional e doméstica da divisão sexual do trabalho, como propõe autores como Neuma Aguiar (1984) e Helena Hirata (2002). Assim, a partir do pressuposto de que a questão da conciliação de trabalho doméstico/ assalariado é algo que diz respeito apenas às mulheres, alguns autores constatarem que a “dupla jornada de trabalho” é um fator que limita a carreira das mulheres nas organizações, sem tecer considerações críticas acerca da relação desta realidade com estruturas mais amplas, como o sistema capitalista e a organização familiar.

Nenhum dos artigos discute, por exemplo, de que maneira as relações de poder entre homens e mulheres dentro da família e a existência de obstáculos de origem ideológica interfere nas atividades econômicas das mulheres (HIRATA, 2002). Ora, a ausência desta discussão compromete o poder explicativo das abordagens, ao não abordar as relações sociais entre os sexos de uma maneira mais ampla e estrutural, como se a organização fosse uma realidade descolada da vida social.

O pouco foco dos artigos na análise das diversas relações de poder que atravessam as organizações pode ser explicada a partir do referencial teórico que serviu de base para a realização dos estudos. A bibliografia de referência é, na sua grande maioria, composta por autores norte-americanos na área da gestão/gênero, seguida de

relatórios de instituições nacionais e internacionais que publicaram pesquisas relacionadas com os temas desenvolvidos nos artigos. Autores relacionados, de alguma forma, à crítica feminista estão subrepresentado(a)s nos estudos, sendo que os mais referenciados são: Joan Scott e Judith Butler (com ocorrência em 4 artigos), Simone de Beauvoir e Helena Hirata (com ocorrência em 3 artigos).

Em termos gerais, o processo de análise de dados permitiu observar uma recorrência importante à categorização do masculino e do feminino para a análise da carreira de homens e mulheres, com forte presença de um binarismo centrado em uma suposta relação de oposição entre os sexos. A ausência de contextualização e de uma perspectiva histórica sugere que os termos masculino e feminino fazem parte de uma realidade universal que não necessita ser explicitada, por pertencer à ordem da evidência. Um dos artigos chega a fazer referência a um suposto “fenômeno feminino”, sem tecer nenhuma explicação a respeito do significado do termo. Em outro artigo afirma-se que a mulher executiva utiliza predicados masculinos a seu favor, como se estes predicados fossem algo claro e evidente.

De fato, pode-se afirmar, a partir da análise dos artigos em questão, a presença de uma categorização importante do masculino e do feminino. Dos 8 artigos que fizeram parte do corpus analítico, identificou-se 161 ocorrências do vocábulo masculino/ masculinização e 186 ocorrências do vocábulo feminino/ feminilização. Cabe, então, se perguntar: qual é o sentido atribuído a estes vocábulos nos artigos pesquisados?

Esta resposta, longe de ser simples, nem sempre pode ser respondida de maneira clara pela leitura dos artigos em questão. Embora os vocábulos “masculino” e “feminino”, grande parte das vezes, faça referência, nos artigos, ao sexo biológico dos indivíduos, uma das dificuldades em se tentar definir os significados atribuídos a estes termos reside no fato de que estes, em muitos casos, remetem a ambiguidades semânticas importantes, onde se mesclam, de maneira indevida, fatores biológicos, sociais, culturais e identitários.

Assim, a partir do momento em que utilizamos o binarismo associado ao sexo biológico para se pensar as normas sociais de gênero ou a subjetividade dos indivíduos

é como se tudo fizesse parte de uma só e mesma realidade. Do ponto de vista analítico, este isomorfismo categorial, além de ser extremamente redutor, contribui para criar uma representação de um MASCULINO e de um FEMININO universal, imponente, a-histórico e com ares de eternidade.

Uma das ambiguidades semânticas diz respeito ao fato de que, ao se utilizar o feminino ou o masculino para se fazer referência tanto ao sexo biológico dos indivíduos quanto aos comportamentos/atitudes socialmente atribuídos e exibidos pelos sexos, pode-se criar uma correspondência determinística entre o sexo biológico e o comportamento/ atitude socialmente atribuído ou valorizado para este sexo. Deste modo, ao se referir, de maneira generalista, ao “comportamento masculino (artigo 5, p. 233).”, a uma “visão masculina (artigo 1, p. 250)”, a “masculine ideals (artigo 8, p. 289)”, aos “modelos masculinos de comportamento (artigo 5, p. 232), a um “domínio do fazer masculino (artigo 5, p. 223), a “ambientes predominantemente masculinos (artigo 5, p. 233), a um “masculine world (artigo 8, p. 287)”, a uma “cultura corporativa masculina (artigo 2, p. 4)”, a “predicados masculinos (artigo 2, p.4), a “culturas mais masculinas e culturas mais femininas (artigo 2, p. 4), a “setores de atividade ainda muito masculinos (artigo 2, p. 5), a um “male universe (artigo 9, p. 288), a um “masculine style of management (artigo 8, p. 288)”, à “características femininas (artigo 3, p. 130)”, à “profissões de perfil feminino (artigo 6, p.1530)”, os artigos se configuram como plenos de ambiguidade.

Afinal de contas: o que é uma visão masculina? Trata-se de uma visão própria aos homens? Trata-se de uma visão consoante com valores socialmente atribuídos aos homens? Em qualquer dos casos, corre-se o risco de se cair em generalizações e essencialismos, seja atribuindo aos homens, de maneira universal e atemporal, uma determinada visão, seja concebendo o masculino como uma construção social homogênea e auto evidente.

Este procedimento de generalização pode ser exemplificado em um dos artigos em que se faz referência a um suposto “desejo masculino machista”. Ora, ao ser apresentado desta forma, o artigo deixa várias questões em aberto: o que é um desejo masculino machista? Este desejo machista é masculino porque está associado aos

homens ou porque é vivido subjetivamente pelos homens? Ora, mais uma vez, qualquer que seja a resposta mais adequada, observa-se uma generalização com ares essencialistas, pois ao se afirmar a existência de um desejo masculino machista podemos supor que todos os homens possuem um desejo que é machista, algo completamente questionável. Com relação a tais generalizações vale a pena resgatar a afirmação de Joan Scott (1988) de que “estas minam não só o sentido da complexidade da causalidade social tal qual proposta pela história como disciplina, mas também o engajamento feminista na elaboração de análises que levam à mudança.”.

Além destes problemas epistemológicos observados no processo de categorização do “masculino” e do “feminino”, resta a abordar, ainda a questão da atribuição de valor às categorias. Quanto a este aspecto, observa-se que muitos artigos associam valores positivos à categoria “mulheres/feminino” e valores negativos à categoria “homens/masculino”. Assim, aos homens/ masculino associam-se valores e traços como o machismo, a falta de sensibilidade, a indiferença, enquanto faz-se referência a certa “capacidade”, a certo saber”, a certa “sensibilidade” própria das mulheres. Em alguns artigos, observa-se, inclusive, uma idealização da categoria “mulheres”. Um dos artigos chega a afirmar, de maneira generalista: “A responsabilidade com a vida pública e privada faz da mulher, independentemente da classe social, uma lutadora incansável (1542)”. Outro artigo, ao se referir a uma suposta masculinização das mulheres no ambiente organizacional lamenta a “perda de um necessário lado “diferente, feminino, de fazer a diferença na gestão (artigo 2, p. 13)”. Como se as mulheres tivessem um diferencial que, se valorizado, muito poderia contribuir para o crescimento das empresas.

Esta perspectiva segundo a qual é importante conservarmos as supostas diferenças entre homens e mulheres parece se alinhar com a proposta de autore(a)s que se pronunciam em prol de uma “igualdade na diferença”. A adoção desta perspectiva foi observada em vários artigos, os quais desenvolveram de maneira explícita o seguinte raciocínio: homens e mulheres são diferentes e devem permanecer diferentes e as organizações devem respeitar estas supostas diferenças. De maneira geral o procedimento discursivo ocorreu da seguinte forma: primeiro, afirmou-se a existência de diferenças e, em seguida, estas supostas diferenças foram valorizadas, criticando-se



os comportamentos/attitudes que não levem em conta ou não espelhem estas supostas diferenças.

Como exemplo do momento de afirmação das diferenças, tem-se o seguinte trecho:

“Logo o respeito a mulher ocorre se ela se mostra igual ao homem, não havendo valorização das diferenças que existem entre os sexos (artigo 5, p.232)”.

Após a afirmação das diferenças entre os sexos, ocorre a valorização das diferenças e a recusa a comportamentos não consoantes com estas “diferenças”. Neste mesmo artigo citado anteriormente, critica-se uma gestora que estaria se comportando segundo o “modelo masculino”. As frases seguintes evidenciam como o tom essencialista da proposição vai “tomando corpo” ao longo do artigo.

“E a mulher, para combater essa designação preconceituosa encontra como caminho mais viável negar a si mesma na condição de mulher, comportando-se como homem (artigo 5, p.233)”.

Tudo indica que a sugestão das autoras é a seguinte: que as mulheres permaneçam como mulheres e que os homens permaneçam como homens:

“Portanto encerra-se este trabalho evidenciando que a mulher, na mineração, vem conseguindo conquistas, embora tais avanços se devam a sua masculinização, sem existência de respeito e valorização de diferenças (artigo 5, p.235)”.

Em outro artigo que pode ser enquadrado no paradigma da “igualdade na diferença” faz-se referência a uma suposta contradição vivenciada pelas mulheres executivas “de trabalhar como homem versus “ser feminina” (artigo 2, p. 17)”. Mais uma vez críticas são tecidas em relação à masculinização do comportamento feminino no ambiente de trabalho, compreendendo-se, portanto, que as mulheres devem permanecer como mulheres e não se comportar como homens. Outro artigo recorre à ideia de “*de-feminization*” para fazer uma crítica às empresas que tentam eliminar as supostas diferenças de gênero (artigo 8, p. 289).”

No que se refere aos significados atribuídos ao termo gênero cumpre ressaltar que este se configura, na maior parte dos artigos, não como um conceito ou como uma categoria analítica, mas como um “termo” ou uma “etiqueta” utilizado para fazer referência ao sexo biológico dos indivíduos ou como parte de uma expressão usual/convencional. O termo “gênero”, portanto, utilizado com alto grau de imprecisão nos artigos analisados, por falta de uma argumentação crítica, parece testemunhar aquilo

que Eric Fassin denominou de um processo de “banalização”. De fato, como foi discutido anteriormente, o contexto discursivo dos artigos indica um alto grau de naturalização das categorias homens/ masculino, mulheres/feminino, algo contrário aos propósitos de uma crítica feminista comprometida com um trabalho de desconstrução da maneira como a ideia da diferença sexual é interpretada.

Em todos os artigos analisados gênero é utilizado, em mais de uma ocasião, como sinônimo de sexo biológico, a partir de uma perspectiva binária. A partir de uma abordagem substancialista, gênero é apresentado como um atributo do indivíduo ancorado na biologia e não como uma categoria analítica. Assim, os artigos, substituem em muitos trechos a expressão “gênero feminino” para se referir às mulheres e “gênero masculino” para se referir aos homens, como ocorre nas seguintes frases ilustrativas:

“Neste mesmo ano a participação do **gênero feminino** em atividades empreendedoras atinge a 6º colocação por igualdade de gênero dos países pesquisados (artigo 1, p.233)”.

“O resultado, assim, foi semelhante ao ocorrido em uma pesquisa exploratória realizada em outra instituição financeira com seis gerentes, em que as respostas de homens e mulheres se assemelhavam não pelo nível da função gerencial, mas pelo **gênero** (artigo 6, p.1538).”

“there is a tendency by both male and female managers to hire and promote **the same gender** as theirs (artigo 8, p. 287).”

Em nenhum dos artigos analisados observou-se uma coerência ou uma consistência teórica na utilização do termo “gênero”. Isto significa que, em todos os artigos, observou-se que o termo foi utilizado com diversas significações ao longo do texto. Como uma etiqueta, gênero aparece, muitas vezes, como parte de expressões usuais/ convencionais, ao fazer referência à(s): relações de gênero, questões de gênero, equidade de gênero, igualdade de gênero, perspectiva de gênero, transversalidade de gênero, recorte de gênero, entre outras. É importante reiterar, mais uma vez, que, pela inconsistência teórica, tais expressões dizem muito pouco sobre o seu conteúdo e parecem servir, em alguns casos, apenas como um elemento decorativo do discurso.

Há que se destacar que, em alguns artigos, observou-se uma clara tentativa de vinculação do problema pesquisado ao conceito de gênero enquanto construção social. Entretanto, tais tentativas conviviam, de maneira curiosa, com a utilização binária do termo, como sinônimo de sexo biológico. De maneira geral, nos poucos artigos onde

constatou-se uma referência ao gênero como uma construção social, pôde ser identificado um forte determinismo, como se esta construção social fosse universal, a-histórica e se impusesse de maneira automática na subjetividade dos indivíduos. Em um dos artigos os autores, logo no início, procuram definir o conceito de gênero que irá embasar suas análises, afirmando que este faz referencia a estruturas sociais, culturais ou psicológicas, mas a visão determinista pode ser evidenciada na explicitação do conceito utilizado pelos autores:

“o conceito de sexo somente passe a ser empregado ao se falar de diferenças biológicas entre homens e mulheres, e gênero, quando se faz referencia a estruturas sociais, culturais ou psicológicas **que se impõem** a essas diferenças biológicas (artigo 4, p. 219)”.

Pode-se afirmar que a capacidade de reflexividade do indivíduo é amplamente desconsiderada, com exceção de um artigo que busca adotar uma perspectiva diferenciada, optando por uma abordagem não determinista acerca das representações sociais e da constituição da subjetividade dos indivíduos. Este artigo parte da ideia de uma subjetividade social, em que gênero se refere a “um espaço simbólico produzido pela cultura, alimentando-se das emoções particulares configuradas na história de cada indivíduo (artigo 7, p.403)”. Embora a articulação teórica desenvolvida neste artigo mereça ser mais bem desenvolvida, existe um claro esforço por parte dos autore(a)s em conceder espaço tanto para a abordagem das representações sociais quanto para a maneira como cada um interpreta e dialoga com estas representações. Interessante notar que foi justamente neste artigo que se observou as menores ocorrências do processo de categorização do masculino e do feminino, registrando-se 5 ocorrências ao termo “feminino”, utilizado sem ambiguidade para fazer referência ao sexo biológico e nenhuma referência ao termo masculino.

Há que se ressaltar, ainda, que uma apreensão binária das categorias “mulheres/ feminino”, “homens/ masculino” foi observada, sendo esta confortada pelo essencialismo atribuído a estas categorias, pois o discurso acerca de uma suposta diferença entre os sexos perpassa quase todos os artigos analisados. Com relação aos procedimentos essencialistas, além daquilo que já foi abordado anteriormente, muito ainda poderia ser dito a respeito. Entretanto, não havendo espaço, aqui, para discuti-los de maneira mais aprofundada, pode-se afirmar, entretanto, que estes envolvem a

atribuições aos homens e às mulheres determinadas peculiaridades, predisposições, necessidades, propensões, predicados, padrões, anseios, especificidades, características, demandas. O grande perigo é que, a ausência de uma construção teórica crítica e de uma clara definição dos termos utilizados sugere que as diferenças acima listadas fazem parte de uma essência tão evidente que não precisa ser explicada ou questionada.

Cabe ainda acrescentar que foi observada, nos artigos analisados, uma forte segregação temática informada pela categoria “sexo biológico”. Não foi detectada, entre os títulos de artigos e capas de revistas selecionadas, nenhuma alusão a questões como a conciliação entre trabalho e família ou o tema da delegação de tarefas domésticas para a carreira de homens, sendo que estes temas aparecem como norteadores da análise da carreira de mulheres. A mesma segregação temática pôde ser observada nos periódicos acadêmicos selecionados, em que temas como a conciliação do trabalho e da família, a identidade sexual no trabalho, entre outros, aparecem apenas na análise da carreira de mulheres.

No que se refere à questão da dupla jornada de trabalho esta aparece naturalizada como sendo uma realidade que diz respeito apenas às mulheres. Este procedimento essencialista pode ser observado no seguinte trecho de um dos artigos analisados: “Na particularidade feminina essa dupla atenção pode ser auferida pela **sua dupla jornada de trabalho** (grifo meu) (artigo 1, p. 240)”.

Em outro artigo, a questão da conciliação do trabalho doméstico, por falta de problematização, é apresentada como algo que diz respeito apenas às mulheres, reproduzindo-se o pressuposto segundo o qual seria responsabilidade das mulheres a conciliação dos “dois afazeres”: “... transformar o espaço do lar em *home office* permite às mulheres “conciliar os dois afazeres (artigo 1, p.240)”

Ainda com relação à segregação temática observou-se, em um dos artigos que discutia a questão do trabalho doméstico, a referência à terceirização dos serviços domésticos e do cuidado com os filhos, associado no artigo às mulheres e não ao casal. O termo “terceirização”, ao remeter a uma linguagem empresarial, pode dar a impressão que trata-se apenas de uma transferência de responsabilidade, como se as mulheres estivessem apenas transferindo uma responsabilidade que seria sua para outrem. De

fato, a linguagem empresarial pode levar a uma visão tecnicista do processo, sem uma discussão daquilo que seria o mais importante, do ponto de vista de uma teoria crítica: a questão da divisão sexual do trabalho e o fato de que as relações de poder “fazem sistema”, estando imbrincadas tanto no espaço doméstico quanto no espaço organizacional (HIRATA, 2002).

Confinado a uma linguagem empresarial e tecnicista o termo “terceirização”, neste artigo, me parece problemático justamente por enfatizar o procedimento técnico, o “ato em si” de terceirizar, sem colocar em questão a quem é atribuído este ato. Observa-se, aqui, a reprodução do “modelo de delegação”, discutido de maneira exemplar por Hirata e Kergoat (2007). De acordo com as autoras este modelo, utilizado para fazer referência às mulheres executivas, supõe que estas possuem os “meios” de delegar a outros profissionais as tarefas domésticas e familiares que seriam de sua responsabilidade.

Assim, não se coloca em questão, portanto, o fato de que o trabalho doméstico permanece sendo associado às mulheres, as quais dividem, de maneira hierárquica, este trabalho, no sentido de que a(o)s empregada(o)s doméstica(o)s realizam o trabalho manual (menos valorizado) e as patroas (que supostamente delegam) realizam o trabalho gerencial, (mais valorizado)”. É neste sentido que considera-se que, no artigo analisado, a associação da ideia da terceirização às mulheres reproduz este modelo, ocultando tanto a divisão sexual do trabalho quanto as relações de classe que atravessam e/ou configuram esta divisão.

Finalmente, há que se destacar que a questão das clivagens que atravessam as relações de poder que se estabelecem entre homens e mulheres nas organizações é um tema praticamente oculto. Os artigos abordam, na sua quase integralidade, as relações entre homens e mulheres, concebidos como categorias homogêneas, sem alusões a questões de sexualidade, raciais, étnicas e de classe. Um dos únicos artigos que menciona o problema da desigualdade do ponto de vista das mulheres negras (pretas e pardas) afirma que estas são as mais discriminadas no país (artigo 1, p. 234)” por sofrerem “as discriminações de gênero e o preconceito étnico-racial (artigo 1, p.235)”. Esta afirmação, embora remeta ao conceito de interseccionalidade, adquire, no artigo, o

tom de uma mera constatação, sem se situar em um plano realmente crítico e explicativo.

## **Conclusão**

Este estudo, de cunho epistemológico, buscou analisar a maneira como o termo “gênero” vem sendo apropriado por algumas produções acadêmicas na área de administração. Tendo-se como foco a questão da carreira de homens e mulheres buscou-se compreender os principais focos de interesse dos artigos e a maneira como as chamadas “questões de gênero” são abordadas. O fio condutor que serviu de “norte” para a análise dos artigos partiu das reflexões de uma crítica feminista comprometida como os procedimentos de problematização da maneira como as relações sociais entre os sexos são construídas.

Com a ressalva de que os resultados deste estudo, pela sua reduzida abrangência, não podem, de forma alguma, serem generalizados para o conjunto das produções acadêmicas na área de administração/gênero, tudo indica que existe muito espaço para pesquisas promissoras nesta área. Como foi discutido anteriormente, a pesquisa permitiu constatar que, nos artigos analisados, o termo “gênero” não é utilizado como uma categoria analítica, nos termos propostos por Joan Scott (1988), pois o mesmo cumpre, na maior parte do corpus discursivo, a função de uma etiqueta, seja como sinônimo de sexo biológico, seja como parte de uma expressão usual/convencional. Além disto, observou-se vários procedimentos de naturalização e essencialização da relação entre os sexos, os quais nos levou à formulação da seguinte hipótese de pesquisa, a ser, talvez, melhor investigada em estudos posteriores: até que ponto estes procedimentos inscrevem-se dentro de uma estratégia de manutenção do binarismo, configurando-se como um obstáculo epistemológico que dificulta tanto a abertura de novos campos de pesquisa quanto a percepção das clivagens, das idiosincrasias e dos processos de ruptura que fazem parte da realidade organizacional ?

## **Referências**

AGUIAR, Neuma. *Mulheres na força de trabalho na América Latina: análises qualitativas*. Petrópolis: Vozes, 1984.

ARCHER, Margaret. *Culture and agency: the place of culture in social theory*. Cambridge University Press: Cambridge, 2004

BUTLER, J.; FASSIN, E.; SCOTT, J. Pour ne pas en finir avec le genre. *S & R*, n° 24, nov. 2007, pp. 285-306

FASSIN, ÉRIC. *L'empire du genre : l'histoire politique ambiguë d'un outil conceptuel*. L'Homme 3, (n° 187-188), p. 375-392, 2008

HIRATA, Helena. *Nova divisão sexual do trabalho: um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Division sexuelle du travail professionnel et domestique : évolution de la problématique et paradigmes de la conciliation. In : *Marché du travail et genre : comparaisons internationales Brésil-France*. Colloque international. São Paulo, 2007.

MONEY, John. et al. An examination of some basic sexual concepts: the evidence of human hermaphroditism, in *The John Hopkins University School of Medicine*, 1955, p. 301-319.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica* (1988). Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Disponível em : [http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/6393/mod\\_resource/content/1/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf](http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/6393/mod_resource/content/1/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf)

STOLLER, Robert. *A contribution to the study of gender identity*, 23<sup>rd</sup> International Psycho-Analytical Congress, Stockholm, July-August 1963.